Brasil quer construir hidrelétricas nas Guianas

Eletrobras negocia três usinas de reservatórios com BID e EDF, para abastecer 9 milhões no país

HENRIQUE GOMES BATISTA henrique.batista@oglobo.com.br

Banidas no Brasil, as hidrelétricas com barragens podem voltar a ser feitas pela Eletrobras, mas desta vez no exterior. A estatal está realizando estudos para construir três usinas no Suriname e na Guiana e uma linha de transmissão de 1.800 quilômetros, que ligará os estados do Amapá e de Roraima aos demais países e à Guiana Francesa. Ou seja, o Brasil construiria as usinas com reservatórios nestas nações e a energia seria utilizada, em grande parte, por brasileiros.

O projeto, denominado Arco Norte, tem o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Segundo os estudos preliminares, a capacidade destas usinas seria de 5.000 MW, o que equivale à soma do potencial da hidrelétrica Jirau, no Rio Madeira (RO) e da nuclear Angra 2. Essa capacidade é suficiente para abastecer uma região com nove milhões de pessoas, ou a população de Pernambuco. Também participam

do projeto a francesa EDF, a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e instituições da Guiana e do Suriname.

Oficialmente, a Eletrobras afirma que a construção com barragem depende do acordo com os países vizinhos, mas fontes da estatal confirmam que este é o grande interesse brasileiro no projeto. Estas fontes dizem que a construção de hidrelétricas com reservatórios daria mais segurança e permitiria que o debate sobre o tema voltasse ao Brasil.

PROJETO REABRE POLÊMICA

Como serão na Região Amazônica, estas usinas funcionariam como "reserva" das novas hidrelétricas brasileiras, também na área da floresta, porém sem reservatórios — elas utilizam a tecnologia fio d'água, que tem menos impacto ambiental por não alagarem grandes áreas — como Jirau, Santo Antônio e Belo Monte (PA).

"Os maiores ganhos identificados nesses projetos estão relacionados à complementaridade dos regimes hidrológicos PROJETOS NA AMAZÔNIA

O ARCO NORTE

Construção de linha de transmissão de aproximadamente 1.800 km

Ligação da linha de transmissão de Boa Vista, Roraima, a Macapá, no Amapá, passando por Guiana, Suriname e Guiana Francesa

Geração de energia

5.000 MW, o equivalente à soma da capacidade da hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira (RO), com a da usina nuclear Angra 2

População atendida

Poderá abastecer uma região com 9 milhões de habitantes

Prazo: cinco anos de construção, após a conclusão do projeto

FONTES: BID e Eletrobras



das regiões das Guianas e do Brasil. Isso proporcionaria otimização energética na Amazônia e também o aumento da confiabilidade dos sistemas elétricos dos dois países", afirmou a estatal por e-mail.

A Eletrobras afirma que os estudos estão em fase preliminar e que não se sabe qual será o acordo com estes países. Mas fato é que a construção destas hidrelétricas só se viabiliza com o consumo brasileiro. Juntos, os três países tem população de 1,7 milhão de pessoas, ou seja, utilizariam apenas um terço do potencial energético do projeto Arco Norte. Esse projeto, que ainda não

tem valor de investimento definido, escancara o debate sobre qual o melhor modelo energético para o país. Ambientalistas, em geral, são contrários tanto à construção de usinas com barragens — pelas grandes áreas inundadas — quanto à construção de usinas na Amazônia. Industriais e grandes construtores, por sua vez, afirmam que as consequências a esta proibição são

ainda mais danosas ao meio ambiente, pois o país está gerando energia com termelétricas, para suprir energia no período de falta de chuvas nas hidrelétricas sem reservatórios.

— O Brasil parou de construir usinas com reservatórios, mas elas continuam a serem feitas pelo mundo. As hidrelétricas podem ser importantes para irrigação, controle de enchentes, para transporte, se forem feitas as eclusas. O debate não pode ser apaixonado — disse Roberto D'Araújo, diretor do Instituto de Desenvolvimento do Setor Energético (Ilumina).

Miguel Sória, diretor do Comitê Brasileiro de Barragens, afirma que este projeto só tem sentido se for feito com reservatório:

 Hoje o Brasil depende das usinas termelétricas, que poluem mais, por ter optado pelo fio d'água. O país está desperdiçando potencial — disse.

Pedro Bara, líder da Estratégia de Infraestrutura da Iniciativa Amazônica da Rede WWF, afirma que as usinas do Suriname e da Guiana não precisam ter grandes reservatórios para serem interessantes:

— Há complementariedade hidrológica ente a Guiana e o Suriname e o Brasil, ou seja, quando é seca em Belo Monte chove lá. Assim, esse projeto é muito interessante não apenas pelo seu potencial, mas por serem 5.000 MW em plena seca, isso significa desligar termelétricas diretamente — disse ele.

FONTES RENOVÁVEIS SÃO OPÇÕES Bara lembra que é necessário

Bara lembra que é necessário novas fontes renováveis, como eólica, biomassa e solar.

— Tem de haver o licenciamento de rios inteiros, pensar todo o sistema. Vale mais, por exemplo, ter cinco usinas em um rio, que já será todo alterado, que uma hidrelétrica por rio. Temos que discutir o que queremos preservar — disse.

Adriano Pires, presidente do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), duvida destas hidrelétricas, pela falta de investimentos da Eletrobras e critica o projeto:

 A Eletrobras não sabe para onde vai, está sem bússula. ● MUY AMIGOS

PRESSÃO DE BOLÍVIA E PARAGUAI

Embora seja visto por especialistas como melhor caminho econômico, o compartilhamento energético do Brasil com países vizinhos é marcado por polêmicas e disputas. Se por um lado a troca de energia elétrica e de gás gera segurança e reduz a necessidade de investimentos internos, a instabilidade política e a falta de respeito aos contratos provoca problemas ao Brasil.

As duas grandes parcerias energéticas foram motivo de tensão. O caso mais emblemático é Itaipu, a hidrelétrica binacional feita com o Paraguai. Pelo acordo, cada país tem direito à metade da energia produzida pela gigante, mas, como isso é mais que suficiente ao país vizinho, o Brasil constantemente compra grande parte dos megawatts que são dos paraguaios. E sempre há polêmicas sobre o preço desta energia. O próximo embate está marcado para 2019, quando haverá a revisão do atual contrato. Outra polêmica foi com a Bolívia, que após a posse de Evo Morales resolveu alterar os preços e as condições da venda de gás que o país faz ao Brasil.

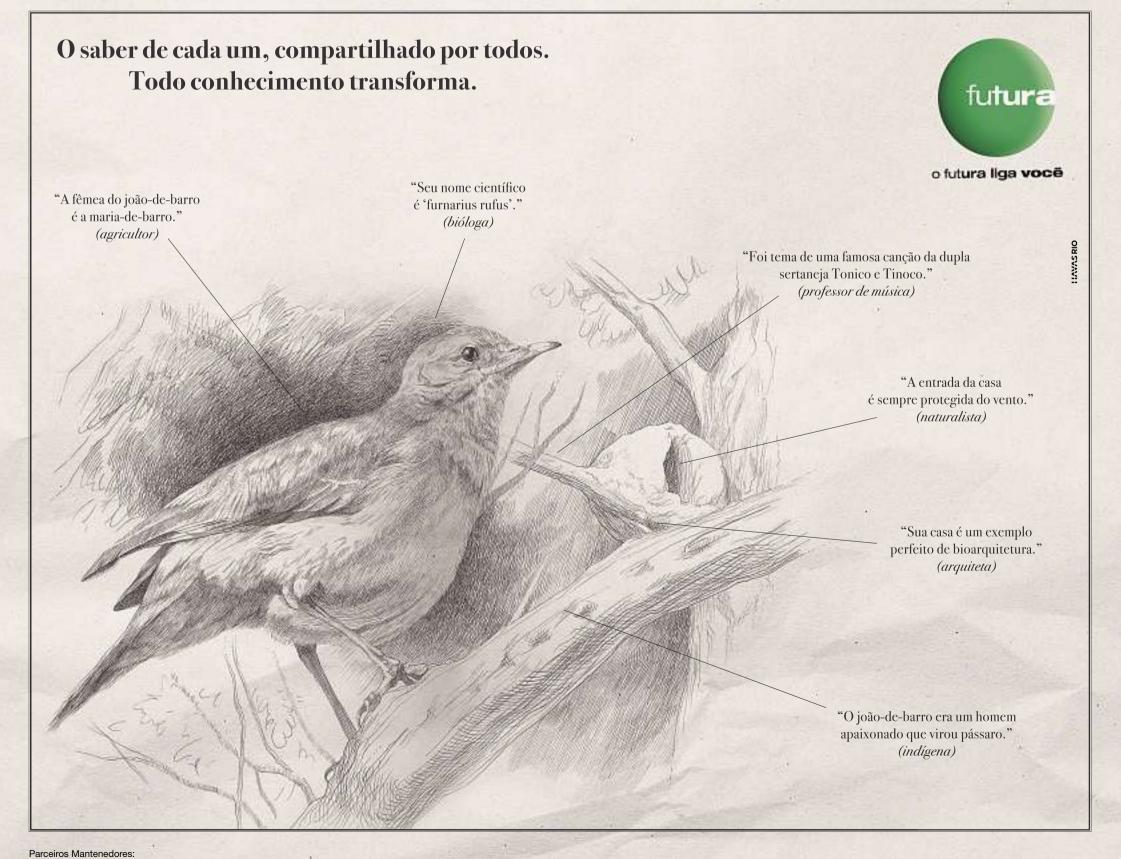
Para Adriano Pires, presidente do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), estas parcerias tem "racionalidade econômica, mas não política".

— Os latino-americanos têm a tradição de quebrar contratos e os países vizinhos abusam da generosidade do Brasil, que cede por questões geopolíticas. Roberto D'Araujo, do Ilumina,

diz que o país tem aprendido com estes problemas, mas ele não vê o acordo com Suriname e Guiana como estratégico:

— O Norte não demanda tanta

energia, seria melhor avançar na integração ao Sul, com a Argentina. (Henrique Gomes Batista)



























Sintonize e assista ao Canal Futura: Parabólica polarização vertical 20 - TVs Universitárias e Operadoras de TV em todo o território brasileiro. www.futura.org.br